

APRESENTAÇÃO

A PESQUISA EM CURRÍCULO E DIFERENÇA: debates em contexto de proeminências conservadoras –
introduzindo a questão

William Ribeiro¹

Ana Ivenicki²

Rafael Honorato³

Vivemos tempos difíceis em que os problemas sociais no país se tornam ainda mais gritantes e evidentes com uma pandemia provocada pelo vírus denominado Covid-19. São complexas as camadas de desigualdades sociais, raciais, de gênero, motoras, de línguas, entre outras. Em tal contexto, agravado por polarizações impregnadas de ódio e narcisismo, parece ser prioritário o "retorno à normalidade" e a estabilização da economia, sem que se reconheça danos e efeitos hierárquicos na população. Tensões em relação à economia têm sido postas de maneira antagônica à vida, desconsiderando direitos, por exemplo, de idosos e de pessoas com comorbidades, como se fossem descartáveis. Nesse caso, nunca foi tão imperativo a necessidade de ampliarmos a capacidade de diálogo e de aprendizado intercultural.

Temos com este dossiê o objetivo de alargar o sentido de diferença, não apenas em termos de pertencimentos variados, mas de formas de pensar, de ser e de se produzir conhecimentos sobre o mundo, o que pode nos ajudar na difícil tarefa de reconstruirmos caminhos multiculturais. Conforme Ivenicki (2018), pensar na formação de professores para o respeito à diversidade cultural e o desafio a preconceitos tem sido o foco do multiculturalismo para esta formação. Distintos esforços no âmbito da pesquisa, especialmente considerando a produção em educação, demonstram uma pluralidade de pretensões de rompimento com a herança violenta como temos lidado com a alteridade; produzindo novos léxicos, debates e contextos que põem em xeque, a despeito das distinções epistemológicas, bases pretensamente homogeneizadoras. Assim, este trabalho coletivo apresenta iniciativas diversas: multi/interculturalismo crítico; pós/ de/ des colonialismo; pós-estruturalismo, estudos raciais, surdos, de gênero ou *queer*.

Nesse sentido, para Ivenicki (2018), pensar a pesquisa em bases que valorizem a pluralidade cultural significa compreendê-la como um fenômeno multicultural, o que implica: na compreensão dos futuros professores e professores em formação como pesquisadores em ação; na discussão de temas de forma problematizadora, desenvolvendo atitudes de pesquisa que ressaltem as tensões entre pretensões à universalidade e a diversidade cultural; na apresentação a metodologias plurais de pesquisa e na análise das identidades institucionais em termos da problematização das relações desiguais e do silenciamento de identidades individuais e/ou coletivas que ali circulam.

Ainda, segundo Ivenicki (2020), é importante ressaltar que pensar em experiências curriculares multiculturalmente orientadas passa pela pesquisa sobre formas pelas quais identidades coletivas de gênero, raça/etnia e outras têm sido silenciadas e em modos pelos quais suas vozes podem ser ouvidas, seja por meio de suas narrativas e estratégias de resiliência e empoderamento, e/ou pela articulação dessa dimensão à própria produção do conhecimento em áreas educacionais e pedagógicas. Nesta perspectiva,

¹ Doutor e mestre em educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e professor Adjunto da Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: wgribeiro@id.uff.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3940-7492>.

² Doutora em Educação pela University of Glasgow e Professora Emérita da Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: aivenicki@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7315-5500>.

³ Doutorando e Mestre em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), na linha de Políticas Educacionais (PE), integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Curriculares (GEPPC). E-mail: rafaelhono@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6196-0211>.

Candau (2016) defende que o multiculturalismo e a interculturalidade representam categorias que, ainda que polissêmicas, têm trazido contribuições para se pensar na construção de currículos que favoreçam a expressão de matrizes curriculares plurais.

Já o trabalho da pesquisa com o pós-estruturalismo, a despeito de suas distintas ênfases e variedade de autores, incluindo as contribuições de Jacques Derrida, Gilles Deleuze, Jean-François Lyotard, Júlia Kristeva e Michel Foucault (WILLIANS, 2012), tem trazido às discussões educacionais e especialmente ao currículo possibilidades desconstrutivas (RIBEIRO, 2016), desfazendo “postulados de suposta verdade e pureza” (WILLIANS, 2012), o que torna “o limite do que sabemos” o centro, “colocando valores morais em suspensão” (LEMOS, 2018). Nesse caso, seguindo o referido autor, “o sujeito é uma suposição”, em um mundo em constante mudança. Assim, podemos compreender

...uma mudança de olhar, de perspectiva sobre a realidade, a história, a cultura e seus fenômenos, a essa nova perspectiva chamamos pós-estruturalismo, que argui o fluxo pensante que faz com que acreditemos na realidade, na história e na cultura como concretude. A perspectiva pós-estrutural é um tiro certo na arrogância da possibilidade da verdade como certeza (LEMOS, 2018, p. 210).

Considerando que o que é chamado genericamente como “diferença cultural” é uma temática privilegiada nas políticas curriculares do Brasil há muitas décadas (MACEDO, 2014), na teorização curricular, a abordagem pós-estrutural se torna uma das perspectivas influentes, levantando novas questões e revendo antigos problemas e impasses em uma perspectiva de descentramento do sujeito, tomando a cultura “prática de significação” e o currículo “política cultural” (LEMOS, 2018; LOPES; MACEDO, 2011; TOMÉ; MACEDO, 2018).

Nesse enfoque, há que se ter atenção à diferença, não compreendida como diversidade, como argumenta o pós-colonialista Homi Bhabha e outros autores (BHABHA, 1998; RUTHENFORD, 1990; MACEDO, 2014; RIBEIRO, 2017), mas como um mobilizador nas práticas de significação e processos ambivalentes de hibridização global-local, efeito discursivo de relações de poder. Desse modo, o pós-estruturalismo busca a desconstrução de essencialismos e arbitrariedades, o que amplia possibilidades de sentido na política (LOPES, 2018; LOPES; MACEDO, 2011).

Para Bhabha (RUTHENFORD, 1990), há dois problemas com a ênfase na diversidade liberal: persiste uma norma transparente constituída pela sociedade hospedeira e dominante, provocando a criação da diversidade, assim como a contenção da diferença; outro problema é que nas sociedades onde o multiculturalismo impera, o racismo se alastra. Para o autor, “isso acontece porque o universalismo que paradoxalmente permite a diversidade mascarar normas, valores e interesses etnocêntricos” (p. 35). Como alternativa, o pós-colonialista busca se colocar em uma posição liminar, no espaço de produção da cultura como diferença, no espírito da alteridade.

Considerando o exposto, a diversidade é uma das formas de pensar a diferença, não a única (MACEDO, 2014). Além disso, autores que trabalham com o multiculturalismo destacam que o mesmo não é homogêneo e nem estático, compreendido a partir de abordagens com finalidades distintas e muitas das vezes conflitantes (IVENICKI, 2020). Com isso, destacamos que as questões que envolvem “currículo, cultura e diferença” podem se deslocar e encaminhar o debate de modos distintos, a depender da perspectiva e da maneira como lidamos com a cultura, o que julgamos salutar ao pensamento e à produção acadêmica.

Com o multiculturalismo crítico, focalizando especificamente nas identidades de gênero e sexuais, particularmente a partir de teorias *queer* de valorização das identidades que fogem ao padrão da heteronormatividade, Melgaço e Ivenicki (2019) buscam perceber a interconexão entre sexualidades, masculinidades e raça, a partir de observações de percepções de estudantes. O conceito de interseccionalidade apresenta-se, nesta perspectiva, como potente para se pensar em currículos multiculturais que busquem analisar formas pelas quais marcadores identitários tais como raciais e étnicos se entrecruzam com outras configurações sociais, como classe, gênero e sexualidade, com vistas ao desafio a visões essencializadas sobre essas identidades.

Conforme Ivenicki (2020), trata-se de ressaltar a relevância da construção de práticas pedagógico-

curriculares antirracistas, que superem discursos congelados e que desnudem suas influências materiais e ideológicas, de modo a desestabilizá-los. Conforme Janoario (2018), é central que possamos combater o status-quo institucional construído sobre legados do racismo, sexismo, homofobia e desigualdades sociais e raciais. Autores como Candau e Moreira (2008), Santos (2018), Gonçalves (2018), Oliveira e Silva (2018) e Leal (2018), dentre outros, desenvolvem tal argumento por meio de da articulação da perspectiva multicultural a campos educacionais tais como a avaliação, a educação física e a educação de jovens e adultos, dentre outros. Tais estudos mostram que é possível a articulação da pesquisa multicultural a temáticas educacionais ditas mais convencionais, por meio de um olhar que questione o silenciamento de vozes, assim como a colonialidade de saberes abraçados pelo currículo e propondo, ao contrário, formas alternativas e transgressoras/insurgentes de se conceber práticas curriculares valorizadoras da pluralidade cultural.

De fato, desde os anos 1990, o campo curricular tem mobilizado esforços para ampliar sentidos de currículo, promovendo e contribuindo com o debate em educação. Autores como Lopes (2012), Candau e Moreira (2008) e Macedo (2006), dentre outros, têm se destacado nas discussões sobre currículo, alertando para as construções discursivas, o silenciamento das diferenças e os campos de força que o permeiam. Entretanto, com baixíssima aproximação dessa discussão, produzida pelo pensamento curricular, uma avalanche de apostilas, plataformas digitais, vídeos, tutoriais etc. caem sobre as cabeças, anunciando um devir-desejo utópico de fundações e grandes conglomerados mercadológicos para um “novo mundo”, pleiteando resultados quantificáveis, através de um viés que insiste na padronização e na prescrição como a solução, distanciados das realidades concretas em que atuam professores e dos estudantes das distintas redes de ensino do país. Conforme Ribeiro e Azevedo-Lopes (2017), conglomerados empresariais e novas fundações disputam a política educacional do país por intermédio de uma transposição da lógica da empresa para a escola.

Nesse contexto de pandemia e de corrida pela economia, lideranças indígenas como Ailton Krenak lembram que “o futuro não está à venda” e que “a vida não é útil”, problematizando as escolhas sociais que temos feito (KRENAK, 2019, 2020). Estudiosos como Almeida (2019) e Ribeiro (2019) lembram que é preciso enxergar a negritude e enfrentar os racismos internalizados e normalizados. Podemos igualmente lembrar aqueles que sequer têm água para lavar as mãos em suas pequenas casas, as quais dividem espaço com vários moradores, tornando difícil pensar em isonomia em uma sociedade assim. Eis o norte da questão: o apagamento do outro, silêncio registrado nas normalizações não dialógicas e tentativas de homogeneizações, sinalizando hostilidade pela diferença.

O pós-pandemia é enunciado com uma carga de grande tragédia, mas, não raras vezes, rejeitando um pensamento mais aprofundado a respeito do nosso passado. Lembremos então que “antes” já não estava “bem” para muita gente, para animais não humanos, para o planeta como um todo que tem sofrido com as arbitrariedades de interesses egoístas e mesquinhos. O “novo normal” também anuncia novas relações complexas com as tecnologias, convocando a quem lida com educação, a sociedade - a pensar o assunto. Em um caso e no outro, é preciso interagir com base em repertórios particulares que demandam interação, compreendendo a contingência de distintas demandas e orientações locais-globais.

De fato, a questão do racismo amplamente debatido pela população negra há muitos anos tem tido visibilidade nesse período, embora em contrapartida inúmeros desrespeitos do estado e da sociedade continuem a ocorrer. Já os indígenas continuam preconizando em sua pluralidade a articulada luta pela demarcação de suas terras e pela retomada de sua cultura e língua. Desrespeitados também há centenas de anos, ainda lidam com o preconceito e a discriminação, deixando de serem escutados, incluindo naquilo que podíamos estar mais inclinados a aprender com eles, como a relação com natureza e a vida.

A situação das mulheres nesse momento é ainda complexa e desafiadora. Geralmente ocupando lugares de linha de frente a favor da vida humana, tornam-se obrigadas a lidar de maneira amplificada com seus medos e anseios, muitas das vezes sem o devido respaldo e apoio social e político. Ademais, são as que estão em suas casas lidando com uma sobrecarga que já era desigual, agravada em teor

dramático com casos de violências familiares e até sexuais. Podemos ainda lembrar as condições sociais de gênero que ainda não consideram o trabalho doméstico, sobrecarregam as mulheres de algo que não é recompensado. De maneira interseccional, podemos imaginar a situação difícil de mulheres negras, trans, LGBTQs para lidar com tais situações, agora amplificadas em um contexto de muitas dúvidas e incertezas. Podemos lembrar ainda a diferença surda e de pessoas com algum tipo de doença, consideradas deficientes, as quais são obrigadas a conviver com o capacitismo que a todo o momento enuncia uma relação de inferioridade sobre tal população, com algum tipo de situação que a põe em uma especificidade inferiorizada, rejeitando a potencialidade, o que indica uma demanda de debates amplos sobre inclusão.

Em suma, o contexto da pandemia no Brasil e no mundo nos provoca a pensar o currículo em tempos de incerteza e de debates a respeito do nosso futuro. São tempos em que reafirmamos a necessidade de se estudar e pensar a diferença, aproximando corações e mentes da questão. Não esperamos tecer prescrições e proferir “as últimas palavras”, mas estimular a pesquisa em educação e currículo com a centralidade na cultura, compreendida como significação - em diálogo com as opções acadêmicas priorizadas de maneira plural neste dossiê.

Em torno da política curricular, dúvidas, embates, críticas e suspeitas são recorrentes em múltiplas significações. Em uma configuração mais reativa, o debate atinente à temática no Brasil, seja em escolas, universidades e redes sociais, parece traduzir certa angústia, intensificada pela dificuldade em lidar com o momento em que atravessamos. Aqui se inserem dúvidas e incômodos de professores, pesquisadores, educadores. No entanto, em meio ao pragmatismo e às exigências de respostas, a pesquisa em educação demanda o exercício criativo. Tensão insolúvel e aporética. Articulações, alianças e conflitos não são fixos, nem dados, tampouco o que produz termos como cultura, alteridade e diferença, hoje frequentes no vocabulário educacional. Junto ao fluxo discursivo, operações de poder de cunho conservador e antidemocrático seguem buscando impedir o político, rechaçando o social em detrimento da economia e de um individualismo predatório, conforme trabalho recentemente publicado (BROWN, 2019).

Nesse caso, o que acontece à pesquisa quando ela centraliza a preocupação com a diversidade e com a diferença? Se a noção de cultura é cultural, o que a diferença pode nos dizer? O que acontece com a pesquisa, quando tomamos a relação objeto-sujeito não como dados, mas como problema? Como lidar com os textos da política, incluindo a identitária, rejeitando a universalidade da linguagem e dos saberes? É nesse emaranhado de questões, em diálogo com autores, campos e perspectivas variados que convidamos a discutir a pesquisa em educação, destacando o debate e a crítica a noções que nos têm sido caras, ao passo que reatualizamos a pertinência da centralidade do cultural em nossos estudos. O escopo desses textos circunscreve o trabalho da pesquisa e da universidade de muitas formas, tendo, como eixo de articulação, a relação currículo e diferença. A partir desta perspectiva, a seção especial do presente dossiê apresenta três artigos de abertura.

O primeiro, de Vera Candau, intitula-se *DIFERENÇAS, EDUCAÇÃO INTERCULTURAL E DECOLONIALIDADE: temas insurgentes*. Orientado pela perspectiva decolonial e sua inter-relação com a educação intercultural crítica, analisa questões que vêm adquirindo especial relevância hoje, tais como igualdade-diferença, interseccionalidade, empoderamento, branquitude e ecologia de saberes. Reflete sobre cada uma delas e indica suas implicações para o desenvolvimento dos processos educacionais, apontando desafios para questionar a colonialidade presente nas culturas escolares e no currículo.

O segundo artigo desta seção especial, *EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA GLOBAL: DESAFIOS PARA A BNCC E FORMAÇÃO DOCENTE*, de Mylene Cristina Santiago, Katiuscia Cristina Vargas Antunes e Abdeljalil Addari, debate o conceito de cidadania global, refletindo sobre as possibilidades para a construção da Educação para Cidadania Global (ECG) no contexto brasileiro. Estabelece uma relação com os debates curriculares em políticas de currículo e disserta sobre estudo exploratório realizado com estudantes do ensino superior, defendendo a ressignificação do conceito de cidadania em uma perspectiva crítica, para a superação da intolerância e a construção de pensamento global mais solidário.

O terceiro artigo da seção especial, *PROFESSOR POSSO INVENTAR QUALQUER HISTÓRIA?: Práticas de significação no currículo de História*, de autoria de Bruno Fernando Castro e Alice Casimiro Lopes, analisa políticas curriculares em uma perspectiva pós-fundacional, a partir de textos recentes de Lopes e Macedo.

Busca pensar a sala de aula como espaço para privilegiar processos de subjetivação, propondo leituras desconstrucionistas em defesa do espaço escolar e da sala de aula como contextos que possibilitem a criação do sujeito que ainda não foi inventado, e que explicitem toda ação como prática falha de atribuição de sentidos, porque constituída pela diferença e suplementação de significados.

Adentrando na seção seguinte de artigos do dossiê, o artigo *CALEIDOSCÓPIO DO SER E DOS TEMPOS NO CURRÍCULO: quando as diferenças transbordam no cotidiano escolar*, de Luka de Carvalho Gusmão, Alan Willian de Jesus e Luciana Pacheco Marques, busca analisar formas pelas quais as concepções de ser e tempo, vinculadas às ideias de mesmidade e mecânica, engendraram lógicas e processos sociais de negação das diferenças e a construção de um currículo que reforça a ilusão de normalidade no contexto de em binômio identidade-diferença. Propõe vivenciar o currículo nas diferenças puras, onde a relação normalidade versus anormalidade é tensionada continuamente, permitindo o encontro consigo mesmo e com os Outros como são.

O texto *UNIVERSALISMO, PLURALISMO EPISTEMOLÓGICO E MULTICULTURALISMO CRÍTICO: problematizando a possibilidade de uma nova posição epistemológica* de Isabela Santos Correia Rosa problematiza a possibilidade de uma nova posição epistemológica sobre a demarcação de conhecimentos, a partir das discussões frente às convergências e divergências entre o Universalismo, o Pluralismo Epistemológico e o Multiculturalismo Crítico. A finalidade é pensar como essas perspectivas teóricas poderiam ser acionadas pelos/as professores/as para subsidiar distintas práticas pedagógicas. Propõem a ideia de um pluralismo científico, entendendo que as ciências são correspondentes às diversas culturas.

O artigo intitulado *RELAÇÕES ENTRE CURRÍCULO E CONHECIMENTO PARA CURRÍCULO E CULTURA: algumas notas sobre tais deslocamentos* de Elsa Midori Shimazaqui e Dineia Ghizzo Neto Fellini analisa o texto *Indagações sobre o currículo: Currículo, Conhecimento e Cultura*, um dos cinco cadernos organizados pelo Ministério da Educação (MEC) em 2007. O estudo destaca que a preocupação com a questão curricular se deslocou das relações entre “currículo e conhecimento” para “currículo e cultura”. Ademais, que essa preocupação se materializou após 1990, onde passou a ser pauta de debates em várias conferências desenvolvidas pelos organismos internacionais, entre eles, o Banco Mundial, o que leva a questionamentos por parte dos autores em uma perspectiva da Pedagogia Histórico-Crítica como aporte a respeito das concepções elencadas.

Em *UMA AULA NÃO NARCÍSICA*, Nilton Mullet Preira e Gabriel Torelly apresentam um ensaio teórico sobre a aula de História, confrontando-se com práticas narrativas modernas, eurocêntricas e, notadamente, narcísicas. O trabalho tece “um caminho de desvio”, o que requer problematizar a universalidade do regime moderno de historicidade, para, desde uma posição perspectivista, em diálogo com pensamentos, como os de Nietzsche, Viveiros de Castro e Deleuze, pensar “uma Aula Tentacular”, isto é, não narcísica. Leva-se em questão a limitação do sentido à identidade entre matéria e imaginação, ligando o trabalho do sentido ao impensado. O objetivo também parte do diálogo com Bergson, propondo experimentar “um pouco de tempo em estado puro”, o que convoca a insistir no caráter contingente do tempo bloqueado sob a forma lógica de cenários possíveis.

O texto *CURRÍCULO DE LETRAS (PORTUGUÊS-ESPANHOL): entre o reconhecimento e a negação da afro-latindade*, dos pesquisadores Rafael Lazaro e Cláudia Miranda aponta que o ensino do espanhol como Língua Estrangeira (E/LE) se converteu em possibilidade de rupturas, ressaltando que os movimentos culturais que se constituíram na contramão do ethos colonial têm mostrado alternativas para se estabelecer vínculos com diferentes áreas de pesquisa da América Latina (AL) e Caribe. Seguindo tais orientações, tem sido possível vislumbrar ambientes formativos mais plurais, e menos unívocos. O artigo então indaga o currículo de Letras (UFRRJ) para E/LE acerca de outras interconexões privilegiando, dessa vez, as afrolatinidades e o espaço curricular que ocupam.

Alinne Martins de Souza e Juliana Aparecida Poroloniczak abordam em *DIRETRIZES CURRICULARES DE ARTE (2008) E CREP-ARTE (2020): da pedagogia histórico-crítica ao limbo teórico a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no Paraná* e o que consideram um abandono das Diretrizes Curriculares

de Arte e, conseqüentemente, da Pedagogia Histórico-Crítica na Rede Estadual de Educação Básica, enquanto fundamentação teórico-metodológica. Segundo a análise, o que está em apagamento é o potencial de humanização, transformando a arte mero instrumento para o desenvolvimento de habilidades e competências objetivadas na necessidade do mercado.

O artigo *INCLUSÕES DE ALUNOS SURDOS: sinalizações da diferença mediante o pressuposto curricular de “Educação para Todos”* das autoras Silvana Matos Uhmman e Maria Simone Vione Schwengber defende a inclusão escolar como um processo repleto de sinalizações que destacam trajetórias, vivências, práticas e subjetivações relacionadas aos alunos surdos em educação regular. Trabalhando com a Análise de Discurso, as pesquisadoras buscam alternativas escolares para pensar o surdo enquanto autor e ator de uma cultura minoritária, enquanto usuário de uma língua natural, enquanto comunidade heterogênea que demanda uma educação bilíngue e multicultural, embora pertencente de políticas curriculares que muitas vezes concedem pouco espaço para isso.

O artigo intitulado *EM OUTRAS PALAVRAS: um currículo intercultural no ensino de História para alunos surdos* de Celeste Azulay Kelman e Paulo José Assumpção dos Santos busca, em contraponto ao contexto conservador e de negação da diferença, toma como objetivo uma proposta na qual se destaque uma atividade pedagógica que compreende os sujeitos e seu protagonismo com vistas à construção de um currículo decolonial e inter/multicultural. Defende a necessidade de tal currículo, com potencial para revelar, incorporar e respeitar a história dos surdos, sujeitos presentes na escola inclusiva. A ideia é problematizar a ausência dessa história no currículo da disciplina História e se apresentar uma possibilidade de inclusão da mesma, utilizando o método documentário.

Em *CURRÍCULO, SEXUALIDADE E AÇÃO DOCENTE*, os autores Leonardo Agostinho da Silva e Meyre Ester Barbosa de Oliveira analisaram a produção acadêmica sobre currículo, diversidade sexual e ação docente no contexto escolar e os sentidos construídos nesse movimento de construção de saberes, a partir da análise de dissertações e teses, publicadas entre os anos de 2009 e 2019. Os achados apontaram para uma discussão ainda operada pelo viés biologizante, com enfoque na reprodução humana, apontando a necessidade de ampliar o debate de modo a reconhecer as diferenças.

O texto *“REGRAS SÃO REGRAS, MESMO QUANDO ELAS NÃO EXISTEM”*: *pânico moral e multiculturalismo em práticas docentes* dos pesquisadores Márcio Caetano e Paulo Melgaço da Silva Júnior traça como objetivo refletir, a partir das provocações multiculturalistas decoloniais, sobre alguns eixos desencadeados pelo “pânico moral” em docentes que realizaram formações em gênero, sexualidade e relações étnico-raciais ofertadas pela Universidade Federal do Rio Grande, entre os anos de 2007 e 2016. Os autores concluem que, em suas narrativas, as/os docentes apresentaram a escola como um universo de múltiplas culturas pautadas pelas diferenças que não poderiam ser hierarquizadas, o que sugere a valorização e o reconhecimento da multiplicidade político-identitária que compõe as escolas. No entanto, ficaram latentes os danos psicossociais e políticos que as propagandas conservadoras vêm produzindo em suas práticas pedagógicas.

Em *CAMINHO CON(DI)VERGENTE PARA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICORACIAIS NAS LICENCIATURAS DO CAMPUS JK DA UFVJM*, os autores Marcelo Siqueira Jesus e Alan Silva Aguiar investigaram a implementação de conteúdos sobre história e cultura de África e dos afro-brasileiros nos Projetos Pedagógicos de Curso das Licenciaturas presenciais do Campus JK da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), verificando que os referidos cursos atendem parcialmente às deliberações da Resolução CNE/CP nº 02/2015, além das legislações antirracistas – Lei Federal nº. 10.639/03 e Lei Federal nº. 11.645/08. Recomendam fortalecer a educação antirracista no currículo dos cursos de formação dos futuros profissionais da educação básica egressos desta instituição.

Em *PROTAGONISMO INDÍGENA NA PÓS-GRADUAÇÃO: decolonizando o currículo e o espaço universitário*, os autores Adir Casaro Nascimento, Carlos Magno Naglis Vieira e Antônio Hilário Aguilera Urquiza partem das experiências vividas com indígenas em cursos de pós-graduação (mestrado e doutorado) no Mato Grosso do Sul e alguns anos de pesquisa com a temática, para busca refletir sobre a presença dos indígenas na Pós-graduação e suas contribuições para a decolonização do currículo e do espaço universitário. A pesquisa indicou que a convivência presencial com a diferença tem sido enriquecedora, oportunizando a que os currículos dos Programas serem transversalizados por

conhecimentos dos povos indígenas e suas resistências, em perspectivas outras que não a colonial.

Além dos textos acima, especialmente organizados, integra ainda este dossiê três trabalhos de demanda contínua e duas resenhas.

O artigo *BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E (SEMI) FORMAÇÃO: quais os dilemas para a escola atual?* de Ademir Henrique Manfré resulta de reflexões e problematizações oriundas da disciplina de “Currículo e Escola” ministrada pelo referido autor junto aos cursos de Licenciatura de uma Universidade do Estado de São Paulo. Em uma perspectiva adorniana, traça como objetivo geral refletir criticamente sobre as influências que a BNCC traz às políticas de formação docente na atualidade.

Já o texto *AS ORIENTAÇÕES CURRICULARES NACIONAIS PARA O ENSINO MÉDIO: uma análise da área da linguagem* de Néri Emílio Soares Júnior e Ana Cristina Viera Lopes Romeiro tem como objetivo analisar orientações e outros documentos relacionados ao processo de reforma do ensino médio, destacando continuidades e rupturas nas políticas curriculares. O estudo enfatiza que as OCNEM apresentam um forte conteúdo híbrido em relação às concepções teóricas que fundamentaram sua elaboração.

Já Lívia Santos Brisolla e Renata Machado de Assis em *O PLANEJAMENTO DE ENSINO PARA ALÉM DOS ELEMENTOS ESTRUTURANTES DE UM PLANO DE AULA* apresentam, do ponto de vista teórico, as concepções, as contribuições e os elementos de uma organização didática da aula que fundamentam o planejamento de ensino, por meio dos resultados de uma revisão integrativa de literatura. Defende-se o planejamento de ensino como um processo contínuo de reflexão, previsão e decisão acerca do trabalho pedagógico com vistas a aproximar escola e realidade social.

Diana Salomão resenha o texto *ESTUDOS SOBRE GÊNERO: algumas considerações*, entendendo que a autora traz considerações relevantes sobre os estudos de gênero. Enfatiza as vertentes teóricas que embasam esses estudos no sentido de explicar o uso do termo ao longo dos séculos.

Enquanto Mayra Silva Santos apresenta uma *RESENHA DO LIVRO ESTUDO DE CASO EM PESQUISA E AVALIAÇÃO EDUCACIONAL*, de autoria de Marli Eliza Dalmazo Afonso de André, uma publicação com pertinente contribuição no âmbito da pesquisa em educação, considerando o livro importante para iniciados e iniciantes na seara da produção de conhecimento sobre o fenômeno educativo.

A pluralidade de olhares dos diferentes artigos permite que mergulhemos nos modos heterogêneos e ricos pelos quais as categorias que inspiram o presente dossiê podem ser desenvolvidas.

Desejamos, a todos, uma boa leitura!!!!

William de Goes Ribeiro, Ana Ivenicki e Rafael Honorato

Novembro de 2020

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, S. L. *Racismo estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- BROWN, W. *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente*. São Paulo. Editora Politéia, 2019.
- CANAU, V. M. “Ideias-Força” do Pensamento de Boaventura Souza Santos e a Educação Intercultural. In: Candau, V. M. F. (org.). *Interculturalizar, Descolonizar, Democratizar: uma educação “outra”?*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2016, p. 76- 96.
- CANAU, V. M.; MOREIRA, A. F. B. (orgs.), *Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2008.
- GONÇALVES, A. Reflexões sobre Avaliação: problematizando o ENADE na perspectiva do inter/multiculturalismo – diálogos em construção. In: JANOÁRIO, R. (org.), *Diálogos Interculturais*. Rio de Janeiro: Ed. Ayvu, 2018, p. 17 – 42.

- IVENICKI, A. Multiculturalismo e Formação de Professores: dimensões, possibilidades e desafios na contemporaneidade, *Ensaio, Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, v. 26, 2018, p. 1151-1167.
- IVENICKI, A. Perspectivas Multiculturais para o Currículo de Formação Docente Antirracista, *Revista da ABPN*, v. 12, n.32, 2020, p. 30 – 45.
- JANOÁRIO, R. Apresentação. In: JANOÁRIO, R. (org.), *Diálogos Interculturais*. Rio de Janeiro: Ed. Ayvu, 2018, p. 11 – 16.
- KRENAK, A. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- KRENAK, A. *A vida não é útil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- LEMOS, G. A. R. Notas sobre as bases do pensamento “pós”: a subjetividade como problema. In: TOMÉ, C.; MACEDO, E. (orgs.). *Currículo e diferença: afetações em movimento*. Curitiba: CRV, 2018, p. 189-213.
- LOPES, A. C. Democracia nas Políticas de Currículo, *Cadernos de Pesquisa*, vol. 42, n. 147, 2012, p. 700- 715.
- LOPES, A. C. Sobre a decisão política em terreno indecível. In: LOPES, A. C.; SISCAR, M. (orgs.). *Pensando a Política com Derrida: responsabilidade, tradução, porvir*. São Paulo: Cortez, 2018, p. 83- 116.
- LOPES, A. C.; MACEDO, E. *Teorias de Currículo*. São Paulo: Cortez, 2011.
- MACEDO, E., Currículo como Espaço-tempo de fronteira curricular, *Revista Brasileira de Educação*, vol. 1, n. 32, 2006, p. 285 – 296.
- MACEDO, E. Currículo, cultura e diferença. In: LOPES, A. C.; ALBA, A. (orgs.). *Diálogos curriculares entre Brasil e México*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014, p. 83-104.
- OLIVEIRA E SILVA, R. C. Professora, a gente é pobre, preto e não tem nada a perder: a senhora vai fazer o que por nós? Deixa a gente jogar e pronto! – Educação Física e Interculturalidade. In: JANOÁRIO, R. (org.), *Diálogos Interculturais*. Rio de Janeiro: Ed. Ayvu, 2018, p. 161 – 186.
- RIBEIRO, D. *Pequeno manual antirracista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- RIBEIRO, W. G. Remobilizando a pesquisa com o pós-estruturalismo: quando a diferença faz toda a diferença. *Currículo sem Fronteiras*, v. 16, n. 3, set./ dez., 2016, p. 542- 548.
- RIBEIRO, W. G. Currículo, subjetivação e política da diferença: um diálogo com Homi Bhabha. *Conjectura: Filosofia e Educação*, Caxias do Sul, v.22, n.3, p. 576-597, set./ dez. 2017.
- RIBEIRO, W. G.; AZEVEDO-LOPES, R. Conhecimento-investimento e currículo meritocrático: a projeção utópica liberal da “cultura de excelência” à política curricular no Brasil. *Currículo sem Fronteiras*, v. 17, n. 3, set./dez. 2017, p. 659-677.
- RUTHERFORD, J. *The Third Space: Interview with Homi Bhabha*. In: DERS (Hg). *Identity: Community, Culture, Difference*. London: Lawrence and Wishart, p. 207-221, 1990.
- SANTOS, A. P. S. O Currículo da Educação Física: aproximações com a educação intercultural. In: JANOÁRIO, R. (org.), *Diálogos Interculturais*. Rio de Janeiro: Ed. Ayvu, 2018, p. 65 – 84.
- TOMÉ, C.; MACEDO, E. *Currículo e diferença: afetações em movimento*. Curitiba: CRV, 2018.
- WILLIAMS, J. *Pós-estruturalismo*. Tradução de Caio Liudvig. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.